**Analise Preliminar da Extração Florestal de uma Área de Floresta Plantada no Município de Paragominas – Pará.**

Carlos Valmison da Silva ARAÚJO¹, Fernanda Vitoria Andrade MARTINS¹, Maylon Cunha¹, Sávia Coelho da SILVA¹, Vera Lucia da Silva COSTA¹. Silvana Benassuly Maués de MEDEIROS².

¹Graduando em Engenharia Florestal. Universidade do Estado do Pará.

E – mail: [valmisonaraujo@gmail.com](mailto:valmisonaraujo@gmail.com)

²Professora Substituta da Universidade do Estado do Pará. Mestranda em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia.

E-mail: sbenassuly@yahoo.com.br

**RESUMO**

Atualmente, a maior parte da exploração madeireira na Amazônia ainda é praticada segundo os métodos convencionais, destrutivos e fundados numa visão imediatista. E, ainda, 80% do que se dedicam a extração convencional de madeira o fazem ilegalmente, em áreas onde a retirada das arvores não foi previamente autorizada pelo órgão governamental responsável, o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), incluindo-se entre essas áreas aquelas de preservação, como terras indígenas. O presente trabalho tem como objetivo analisar os parâmetros da exploração florestal de uma área de floresta plantada, localizada na PA 125, Bairro Industrial, no Município de Paragominas – Pará, tendo como base a Legislação e politica florestal na exploração madeireira. A metodologia foi fundamentada em revisão bibliográfica, através do método descritivo exploratório. Como método de procedimento, foi utilizado o monográfico, por possibilitar o procedimento da pesquisa a partir de diversas fontes bibliográficas. A área esta localizada as margens da PA 256, na latitude 02°59,413’ S e longitude 47°22,439’ W no Km 03 do Município de Paragominas- PA. A mesma abrange uma área total equivalente a 45,5 hectares com reflorestamento de eucaliptos. A empresa segue uma instrução normativa exigida pela SEMMA (Secretaria Municipal do Meio Ambiente) que determina utilização da lenha feita a partir de um plantio realizado pela própria empresa, precisa- se enviar somente o DCC para que seja autorizado o uso. Se for enviar para outro local ou ate mesmo a filial é necessário apresentar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) junto ao DCC e uma nota fiscal que acompanha a lenha até seu destino. Com tantas considerações relatadas, a propriedade. Com tantas considerações relatadas, a propriedade não apoia o Incentivo á Preservação e Recuperação do Meio Ambiente, sendo visível apenas o uso de florestas plantadas somente correlacionadas ao sequestro, à conservação, a manutenção e o aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono. Não havendo aquela preocupação com a Preservação do Meio Ambiente e sim relacionada à econômica verde que gera em torno dessa produção que esta em crescente demanda em uma sociedade consumista e ardente pelo comercio madeireiro.

**Palavras – chave:** Solos. Demanda. Meio Ambiente. Produção. Conservação.

**Preliminary analysis of the Forestry Extraction of a planted forest area in the municipality of Paragominas - Pará.**

Carlos Valmison da Silva ARAÚJO¹, Fernanda Vitoria Andrade MARTINS¹, Maylon Cunha¹, Sávia Coelho da SILVA¹, Vera Lucia da Silva COSTA¹. Silvana Benassuly Maués de MEDEIROS².

¹Graduando in Forestry . University of Pará .

E - mail: valmisonaraujo@gmail.com

²Professora Substitute of the Pará State University . Master's Degree in Natural Resource Management and Local Development in the Amazon.

E- mail: sbenassuly@yahoo.com.br

**ABSTRAT**

Currently, most of the logging in the Amazon is still practiced according to the conventional, destructive and founded an immediate vision methods. And yet, 80% of which are dedicated to conventional logging do illegally in areas where the removal of the trees was not previously authorized by the government agency responsible, o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), including among these areas those of preservation as indigenous lands. This study aims to analyze the parameters of logging an area of planted forest, located on PA 125, Industrial District, in the municipality of Paragominas - Pará, based on the Forestry Law and policy on logging. The methodology was based on literature review, through the exploratory descriptive method. As a method of procedure, the monograph was used, the procedure for enabling the search from various literature sources. The area is located the edges of PA 256, at latitude 02 ° 59.413 'S and longitude 47 ° 22.439' W at Km 03 of the Municipality of Paragominas- PA. The same covers a total area of 45.5 hectares of eucalyptus reforestation. The company follows a normative instruction required by SEMMA (Municipal Department of the Environment) that determines use of firewood made from a planting carried out by the company, precisely to send only the DCC to be authorized use. If sending to another location or even the branch is required Rural Environmental Registry (CAR) by the DCC and an invoice accompanying the wood to its destination. With so many considerations, the property. With so many considerations, the property does not support the incentive will Preservation and Restoration of the Environment, being visible only the use of planted forests only correlated kidnapping, conservation, maintenance and the increase in inventory and the decrease in carbon flux. That there is no concern for the Preservation of the Environment, but related to the green economy that generates around that production that is in increasing demand in a consumerist society and burning the timber trade.

**Key - words:** Soil. Demand. Environment. Production. Conservation.

**1 INTRODUÇAO**

A história da Colheita Florestal no Brasil remonta desde a época do descobrimento do país, onde teve grande importância sócia – econômica pelo fato principalmente de ter gerado divisas financeiras à metrópole com a venda do pau Brasil para a extração de um corante vermelho, para as fábricas têxteis localizadas na Europa e também por estar associada à expansão demográfica, pois resultou ao mesmo tempo em um consumo dos recursos madeireiros no país e favorecendo o seu desenvolvimento, onde não visou de certa forma o manejo sustentável das florestas, e sim uma extração predatória, levando a inviabilização da colheita florestal em biomas como a Mata Atlântica, que de sua área total, atualmente resta cerca de 8% (ALTOÉ, 2008).

Atualmente, a maior parte da exploração madeireira na Amazônia ainda é praticada segundo os métodos convencionais, destrutivos e fundados numa visão imediatista. E, ainda, 80% do que se dedicam a extração convencional de madeira o fazem ilegalmente, em areas onde a retirada das arvores não foi previamente autorizada pelo órgão governamental responsável, o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), incluindo-se entre essas areas aquelas de preservação, como terras indígenas, por exemplo, (Fundação Floresta Tropical, 2015).

Quando as operações de exploração madeireira começaram na Amazônia Oriental nas décadas de 70 geralmente havia madeira a poucos quilômetros das serrarias. Entretanto, na metade dos anos 90, os madeireiros estavam frequentemente viajando mais de 100 quilômetros para alcançar areas de floresta com madeira. Em muitas regiões da Amazônia Oriental, parece inevitável que a indústria madeireira em breve esgote o estoque de madeira disponível se as praticas de extração atual continuar (BARRETO *et al*, 1998).

Segundo Martins *et al*, (2003) os impactos da exploração madeireira nas florestas nativas, considerando os efeitos na vegetação adulta remanescente, na regeneração natural e no solo, devem ser cuidadosamente observados no manejo dessas florestas. Tais impactos têm implicações diretas na escolha do sistema de manejo a ser aplicado e na busca de respostas a questões básicas relacionadas com a autoecologia das espécies envolvidas.

O presente trabalho tem como objetivo analisar os parâmetros da exploração florestal de uma área de floresta plantada, localizada na PA 125, Bairro Industrial, no Município de Paragominas – Pará, tendo como base a Legislação e politica florestal na exploração madeireira.

**2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

2.1 *Eucalyptus grandis* Hill (ex Maiden)

2.1.1 Taxonomia e Nomenclatura

**Divisão:** Angiospermae

**Classe:** Dicotiledoneae

**Subclasse:** Archichlamydeae

**Ordem:** Myrtiflorae (Myrtales)

**Família:** Myrtaceae

**Gênero:** *Eucalyptus*

**Subgênero**: Symphyomyrtus

**Secção:** Transversaria

**Série:** Salignae

**Subsérie:** Saligninae

**Espécie:** *E. gradis*

**Tipo de Casca:** Gum, Flooded gum (Lisa de baixada).

2.1.2 O Gênero *Eucalyptus grandis* Hill (ex Maiden).

Arvore de grande porte, com uma altura que pode atingir os 70-80 metros em arvores adultas velha. O tronco é alto e reto se a arvore estiver inserida num povoamento florestal. A casca é lisa, cinzenta ou castanha. As folhas são persistentes e tem a forma e aspecto diferentes conforme a arvore e está numa fase de crescimento juvenil ou adulta. As folhas juvenis são séssies, de forma ovada. Cor glauca, e com inserção, no ramo, oposta. As folhas adultas são alternadas, longas e lanceoladas, tendo um pecíolo comprido e cor verde brilhante. As flores são grandes, sésseis e de cor branca. Os frutos são capsulas lenhosas. A espécie é origiria da Australia e Tasmânia. Foi introduzida em Portugal em meados do século XIX. Existe igualmente em Espanha e em França. Em Portugal, prefere regiões litorais e de baixa atitude inferior á 70 metros.

2.1.3 Característica Silviculturais do Eucalipto

Até o início deste século, o eucalipto foi plantado com a finalidade de ornamentação ou para servir de quebra-ventos, pelo seu extraordinário desenvolvimento. Todavia, o responsável pela introdução de plantações econômicas foi o silvicultor Edmundo Navarro de Andrade, depois de estudar várias espécies nativas - como peroba, cabreúva, jequitibá, jacarandá- paulista, pinheiro-do-paraná e cedro - e outras exóticas, como Eucalyptus globulus, implantado com sementes trazidas de Portugal. Naquele ensaio, desenvolvido entre 1904 e 1909 no Horto de Jundiaí-SP, o eucalipto se destacou de tal forma que a então Companhia Paulista de Estradas de Ferro, hoje Ferrovia Paulista S.A. - FEPASA, optou pelas espécies desse gênero para produzir lenha para suas locomotivas (PEREIRA *et al*, 2000).

Segundo Carriello et al, (2011) a silvicultura do eucalipto foi introduzida no país de forma mais intensa pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro em 1903 para suprir as demandas da companhia. Na região, se observa grandes plantações de eucalipto transformando o bioma original, onde há área com imensas plantações, principalmente de eucalipto.

2.1.4 A importância da cultura do eucalipto

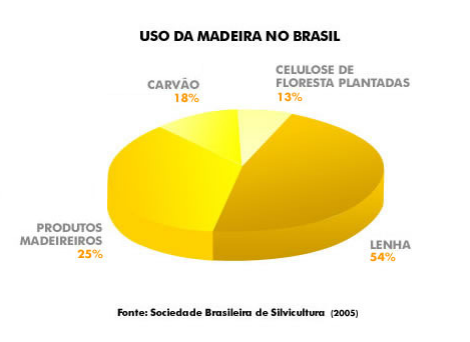
É cultivado para os mais diversos fins, tais como, papel, celulose, lenha, carvão, aglomerado, serraria, óleos para indústrias farmacêuticas, mel, ornamentação e quebra vento, entre outros.

Inicialmente, apoiado por incentivos fiscais ao reflorestamento, e também pelos programas nacionais de siderurgia á carvão vegetal e de celulose e papel, o setor responde atualmente por 4% do PIB (Produto Interno Bruto), 700 mil empregos diretos e 2 milhões de empregos indiretos ( SILVA, 1997).

2.1.5 Avanço da exploração do eucalipto no Brasil.

São Paulo e Belo Horizonte, 29 de Janeiro de 2007 - Biodiversidade de algumas áreas de Minas Gerais já está prejudicada com a espécie. O plantio do eucalipto em projetos de exploração sustentável está causando passivos ambientais no Brasil. Algumas áreas do norte de Minas Gerais já estão comprometidas, segundo o professor de Ecologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Wilson Fernandes. A condição impõe um dilema ao estado, pois os subprodutos do eucalipto já ocupam a terceira posição na pauta de exportação mineira. Depois de São Paulo e Bahia, Minas Gerais é o estado que mais possui áreas de reflorestamento com eucalipto. São 167,5 mil hectares no estado, segundo dados da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Abracelpa), o que equivale a 13,3% da área total do Brasil, que é de 1,2 milhão de hectares. No estado mineiro, a cultura do eucalipto se expande de forma acelerada. Em 2000, a área plantada era de 40 mil hectares, extensão que em 2005 já era quatro vezes maior - 161 mil hectares (GAZENTA MERCANTIL, 2007).

Conforme Cardoso (2007) este problema é relativamente recente na história brasileira, levando-se em conta que a espécie Eucalyptus não é nativa de nosso país, e tem sido trazida em grande escala para o Brasil com o intuito de ser uma rentável e enorme fonte de recursos, provindos especialmente da exportação da celulose, já que os principais fins para o eucalipto são a indústria moveleira, a indústria de celulose, a utilização como carvão vegetal e também como lenha. A (Figura 01) abaixo demonstra como é utilizada a madeira proveniente do eucalipto no Brasil:



**Figura 01:** Uso da madeira no Brasil

**Fonte:** SBS- Sociedade Brasileira de Silvicultura

**3 MATERIAIS E METÓDOS**

3.1 Amostragem

A metodologia deste trabalho foi fundamentada em revisão bibliográfica, através do método descritivo exploratório. Como método de procedimento, foi utilizado o monográfico, por possibilitar o procedimento da pesquisa a partir de diversas fontes bibliográficas.

3.2 Descrição da Área de Estudo

A área esta localizada as margens da PA 256, na latitude 02°59,413’ S e longitude 47°22,439’ W no Km 03 do Município de Paragominas- PA. A mesma abrange uma área total equivalente a 45,5 hectares com reflorestamento de eucaliptos (Figura 02), tinha em torno de sete anos, a colheita se deu na safra 12-13, antes disso houve a necessidade de fazer uma Declaração de Corte e Colheita (DCC) enviada a SEMA que autorizou a colheita a partir dessa safra que já está sendo finalizada, a colheita é realizada manualmente com a utilização de motosserra. A madeira é destinada a matriz e filial para geração de energia na fornalha secadora de grãos.

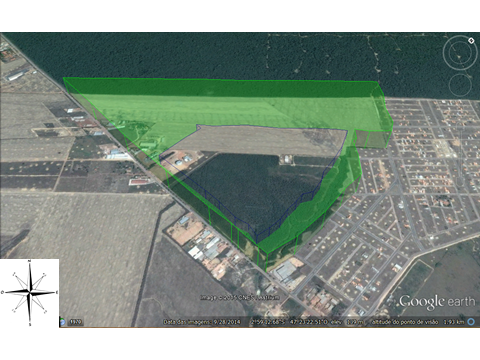


Figura 2: Localização da área de estudo.

**Fonte:** Google Earth prol, 2015.

A empresa segue uma instrução normativa exigida pela SEMMA (Secretaria Municipal do Meio Ambiente) que determina utilização da lenha feita a partir de um plantio realizado pela própria empresa, precisa- se enviar somente o DCC para que seja autorizado o uso. Se for enviar para outro local ou ate mesmo a filial é necessário apresentar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) junto ao DCC e uma nota fiscal que acompanha a lenha até seu destino.

Antes da exploração



**Figura 03:** Área de plantio antes da exploração florestal. **A e B-** Floresta plantada em pé.

**Fonte:** Autores, 2015.

Pós Extração



**Figura 04:** Área do plantio Pós-extração. **A e B** – Madeira empilhada após a colheita semi-mecanizado (uso de motosserra).

**Fonte:** Autores, 2015.

**4 RESULTADOS E DISCURSSÃO**

Conforme a[**LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.**](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.651-2012?OpenDocument)  **Art. 29 – Capitulo VI do Novo Código Florestal** rege o registro do CAR (Cadastro Ambiental Rural) do imóvel rural. Onde a mesmo, esta ativo em registro da área total do imóvel, atendendo as condições do Estado e do Município (SEMA) sob a **Lei Nº 644 de 14 de Dezembro de 2007 da Politica do Meio Ambiente do Município de Paragominas, Pará.**

A área apresenta-se isenta ao (PMFS) Plano de Manejo Florestal sustentável, sob a [LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.651-2012?OpenDocument)  **Art. 32 – Capitulo VII do Novo Código Florestal.** Por se tratar de uma área de floresta plantada voltada para a monocultura da espécie ***Eucalyptus grandes***.

Constata-se também um controle da origem dos produtos florestais, atendendo a legislação prevista sob a [**LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.**](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.651-2012?OpenDocument)  **Art. 35.** § 2º**,** 3º, 4º, 5º **– Capitulo VIII do Novo Código Florestal** que determina:

§ 2º É livre a extração de lenha e demais produtos de florestas plantadas nas áreas não consideradas Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.

§ 3º O corte ou a exploração de espécies nativas plantadas em área de uso alternativo do solo serão permitidos independentemente de autorização prévia, devendo o plantio ou reflorestamento estar previamente cadastrado no órgão ambiental competente e a exploração ser previamente declarada nele para fins de controle de origem.

§ 4º Os dados do sistema referido no caput serão disponibilizados para acesso público por meio da rede mundial de computadores, cabendo ao órgão federal coordenador do sistema fornecer os programas de informática a serem utilizados e definir o prazo para integração dos dados e as informações que deverão ser aportadas ao sistema nacional.

§ 5º O órgão federal coordenador do sistema nacional poderá bloquear a emissão de Documento de Origem Florestal - DOF dos entes federativos não integrados ao sistema e fiscalizar os dados e relatórios respectivos. **(Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 571, de 25/5/2012, convertida na Lei nº 12.727, de 17/10/2012).**

Segue formalmente o Art. 36 [**LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.**](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.651-2012?OpenDocument) **– Capitulo VIII do Novo Código Florestal** que discute o transporte, por qualquer meio, e o armazenamento de madeira, lenha, carvão e outros produtos ou subprodutos florestais oriundos de florestas de espécies nativas, para fins comerciais ou industriais, requerem licença do órgão competente do Sisnama, observado o disposto no **Art. 35.** Que determina:

§ 1º A licença prevista no caput será formalizada por meio da emissão do DOF, que deverá acompanhar o material até o beneficiamento final.

§ 2º Para a emissão do DOF, a pessoa física ou jurídica responsável deverá estar registrada no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, previsto no art. 17 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

§ 3º Todo aquele que recebe ou adquire, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos ou subprodutos de florestas de espécies nativas é obrigado a exigir a apresentação do DOF e munir-se da via que deverá acompanhar o material até o beneficiamento final.

§ 4º No DOF deverão constar a especificação do material, sua volumetria e dados sobre sua origem e destino.

§ 5º O órgão ambiental federal do Sisnama regulamentará os casos de dispensa da licença prevista no caput. **(Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 571, de 25/5/2012, convertida na Lei nº 12.727, de 17/10/2012).**

A propriedade atende também, a normativa do Capitulo IX da [**LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.**](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.651-2012?OpenDocument)  **Art. 38, 39 e 40 do Novo Código Florestal** referente a proibição do uso de fogo e de controle de incêndios na área produtiva. Onde a área após o período de extração é submetida ao Pousio da área por certo tempo, para que aquela zona compactada retorne suas atividades futuras posteriormente.

Com tantas considerações relatadas, a propriedade não atende totalmente o Capitulo X [**LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.**](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.651-2012?OpenDocument)  **Art. 41 do Novo Código Florestal** sob sua Participação de Apoio e Incentivo á Preservação e Recuperação do Meio Ambiente, sendo visível apenas o uso de florestas plantadas somente correlacionadas ao sequestro, à conservação, a manutenção e o aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono.

**5 CONCLUSÃO**

A empresa possui registro da área total do imóvel, atendendo as condições do Estado e do Município (SEMA) sob a **Lei Nº 644 de 14 de Dezembro de 2007 da Politica do Meio Ambiente do Município de Paragominas, Pará.**

SEMMA (Secretaria Municipal do Meio Ambiente) exige CAR, DCC e uma nota fiscal se caso a madeira for transportada a outro local, como a filial da empresa. No caso de manejo para uso no próprio local de origem é necessário apenas o DCC.

A área apresenta-se isenta ao (PMFS) Plano de Manejo Florestal sustentável por se tratar de uma área de floresta plantada voltada para a monocultura da espécie ***Eucalyptus grandes***.

Com tantas considerações relatadas, a propriedade não apoia o Incentivo á Preservação e Recuperação do Meio Ambiente, sendo visível apenas o uso de florestas plantadas somente correlacionadas ao sequestro, à conservação, a manutenção e o aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono. Não havendo aquela preocupação com a Preservação do Meio Ambiente e sim relacionada à econômica verde que gera em torno dessa produção que esta em crescente demanda em uma sociedade consumista e ardente pelo comercio madeireiro.

REFERENCIA DO SILVA

SILVA, H.D. O Eucalyptus na silvicultura brasileira e no mundo. Folha da Floresta, Colombo, ago. 1997. Edição especia